



FJM

Nº 70025272626

2008/CÍVEL

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIO-
NALIDADE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70025272626

COMARCA DE NÃO-ME-TOQUE

ARMANDO CARLOS ROOS,

REQUERENTE;

EDELMIR DÉLCIO KISSMANN,

REQUERENTE;

LUIZ PAULO MORAIS MALAQUIAS,

REQUERENTE;

CÂMARA MUNICIPAL DE VEEA-
DORES DE NÃO-ME-TOQUE,

REQUERIDO;

MUNICÍPIO DE NÃO-ME-TOQUE,

REQUERIDO;

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO,

INTERESSADO.

DECISÃO

Vistos

Trata-se de Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo Prefeito do Município de Não-Me-Toque, contestando a Lei Municipal n.º 3.443/2008, por entender que houve vício de iniciativa, uma vez que a norma interfere na estrutura e nas atribuições de órgãos da Administração do Município e, portanto, infringe o art. 60, II, 'd', da Constituição Estadual. Ainda, diz que há afronta às previsões das leis orçamentárias municipais referindo aplicação de receitas municipais nessa finalidade específica (serviços de assistência médico-hospitalar do IPERGS).

Postula a concessão de liminar e, ao final, a procedência da demanda declarando-se a inconstitucionalidade da Lei 3443 de 16 de maio de 2008.

Foram cadastrados Armando Carlos Roos e Edelmir Délcio Kissmann como requerentes.



FJM

Nº 70025272626

2008/CÍVEL

Este Relator determinou a intimação dos requerentes para que comprovassem a sua legitimidade para propor a presente Ação Direta de Inconstitucionalidade.

O autor Armando Carlos Roos comprovou exercer o cargo de Prefeito Municipal de Não-Me-Toque, o que o legitima para o ajuizamento da presente ação.

É o sucinto Relatório.

Inicialmente, constato que houve equívoco no cadastro, tendo sido acrescentado o sr. Edelmir Delcio Kissmann, procurador do requerente, como autor

Desse modo, determino a retificação do pólo ativo da presente ação.

Relativamente à liminar pleiteada, tenho que merece ser suspensa a norma apontada como inquinada de inconstitucional.

Sem dúvida, a tese da parte autora é relevante e densa, merecendo ser considerada, neste momento, como apta a justificar a concessão da liminar. O risco de dano irreparável advém diretamente da necessidade de o Município respeitar a norma que, por ora, vislumbra-se inconstitucional.

Com efeito, a norma desrespeita a independência e a harmonia que deve imperar entre os Poderes. De se ver que Lei 3443/2008, ao autorizar a contratação com o IPERGS, prevê, em seu art. 3º, parágrafo único, que "o recolhimento do percentual previsto no *caput* deste artigo será efetuado mediante **dedução da cota de retorno do ICMS do Município**, junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

Como se vê, a norma mexe com verba pertencente ao Poder Executivo Municipal, o que desrespeita princípios de ordem orçamentária, inclusive extrapola a ingerência de um poder sobre o outro.

Nesse mesmo sentido, cite-se:



FJM
Nº 70025272626
2008/CÍVEL

ADIN. LEI DE ORIGEM LEGISLATIVA DISPONDO SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO EM SEU "SITE", NA INTERNET, DA PUBLICAÇÃO NA "ÍNTEGRA" DOS ATOS OFICIAIS. Viola o princípio da independência e harmonia dos poderes a norma de origem legislativa versando sobre matéria restrita à iniciativa do Chefe do Poder Executivo na medida em que dispõe sobre a administração. Ofensa às regras que estabelecem igualmente o princípio da separação dos Poderes. Inconstitucionalidade formal. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70010716140, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Augusto Monte Lopes, Julgado em 11/04/2005)

Por oportuno, colho os ensinamentos de José Afonso da Silva, in Curso de Direito Constitucional Positivo, pág. 100, 8ª ed., Malheiros: São Paulo, 1992:

A independência dos poderes significa: a) que a investidura e a permanência das pessoas num dos órgãos do governo não dependem da confiança nem da vontade dos outros; b) que, no exercício das atribuições que lhes sejam próprias, não precisam os titulares consultar os outros nem necessitam de sua autorização; c) que, na organização dos respectivos serviços, cada um é livre, observadas apenas as disposições constitucionais e legais: assim é que cabe ao Presidente da República prover e extinguir cargos públicos da Administração Federal, bem como exonerar ou demitir seus ocupantes, enquanto é da competência do Congresso Nacional ou dos Tribunais prover os cargos dos respectivos serviços administrativos, exonerar ou demitir seus ocupantes...

No caso, o Poder Legislativo pretende impor que o Executivo custeie as suas despesas com a contratação de serviços médicos do I-PERGS, com recursos provenientes dos créditos municipais do retorno do ICMS, o que se mostra inconstitucional.

Dessa forma, **DEFIRO A LIMINAR**, para suspender os termos da Lei 3.443/2008, conforme fundamentação supra.



FJM
Nº 70025272626
2008/CÍVEL

Expeça-se, **com urgência**, ofício ao Presidente da Câmara de Vereadores, dando ciência desta decisão.

Altere-se o cadastro, excluindo o sr. Edelmir do pólo ativo.

Cite-se, notifique-se e intimem-se.

Após, ao Ministério Público.

Porto Alegre, 20 de agosto de 2008.


DES. FRANCISCO JOSÉ MOESCH,
Relator.